



APRESENTAÇÃO

Reflexões a partir do “pós Golpe de 2016”: possibilidades de devires resistentes nos diálogos (in)diretos com a Antropologia

Simone Becker (UFGD/MS e CNPq)
Flavio Braune Wiik (UEL/PR)
Maria Eduarda Parizan Checa (PUC/SP)

Em tempos em que a necropolítica (MBEMBE, 2016) do Estado operacionaliza ações racistas, misóginas, LGBTfóbicas, suicidas e homicidas, vemo-nos rumo à gest(ação) de corpos mortos-vivos, da cada vez mais concreta desimportância da vida, da violência que se alastra nos desmontes em relação às políticas de saúde, de educação, no descaso. Portanto, organizar este dossiê, com as texturas dos textos que o compuseram, foi primeiramente *acalentador*.

É em meio às chamadas que consumiram o Museu Nacional ao anoitecer do dia 02 de setembro de 2018¹ que iniciamos a redação da apresentação deste dossiê². Seguimos com mais essa perda, cujos incalculáveis tons das cinzas que restaram tocam os descasos quanto à produção de nossas memórias na micropolítica do cotidiano. Walter Benjamin (1987) assinalou, ao tom das perseguições nazistas por ele sofridas, que a história ocidental, por ser marcada pelo progresso e pela sede de futuro, não produz memória dos vencidos, dos destroços e dos estragos que possibilitaram a emergência do que está posto no presente. Ao se desconectar dos desmontes que são produzidos em sua função, o presente se desconecta de si mesmo, como temos presenciado no contexto brasileiro atual com os cortes de verbas destinadas às políticas públicas e à manutenção dos espaços públicos, sob a justificativa de

¹ Eliane Brum em ida para evento no Museu do Amanhã (no Rio de Janeiro) depara-se com o Museu Nacional queimando, e descobrindo “que não tinha mais passado”. Descobriu (também) que não tinha água para apagar o fogo:

Ouçõ então um chefe de bombeiros dar uma coletiva diante do Museu Nacional, as labaredas lambem o cenário atrás dele. O bombeiro explica para as câmeras de TV que não tinha água, ele conta dos caminhões-pipa. E ele declara: “Está tudo sob controle”. Eu quero gargalhar, me botar louca, queimar junto, ser aquela que ensandece para poder gritar para sempre a única frase lúcida que agora conheço: “O Museu Nacional está queimando! O Museu Nacional está queimando! O Brasil está queimando. **E o meteoro estava dentro do museu.** (BRUM, 2018: s/p).

² No “the day after”, ardeu em chamas o casarão de Salvador.



uma suposta “crise econômica”. Eis que, em nome do progresso, o corte de verbas levou às cinzas um dos maiores museus do país (como outros recentemente) e, junto a ele, de anos de produção de memória do que nos constitui enquanto nação.

Memória é o que (também) tornou possível nossa empreitada materializada em dossiê. Desde 2012, Flavio Braune Wiik e Simone Becker organizam Grupos de Trabalhos (GT’s) e Simpósios Temáticos (ST’s) conjuntamente (e/ou com outrxs parceirxs), ruminando e amadurecendo discussões voltadas às importantes intersecções entre gênero, sexualidade, raça, etnia, religiosidades e classe. Vetores que no âmbito da antropologia e seus diálogos com áreas “disciplinares” afins (in)tensificam as reflexões que desses encontros (de)correm, como das discussões emergentes no 4ª ST do 10º Congresso Internacional Fazendo Gênero e no 8º GT do 2º Congresso Iberoamericano de Arqueologia, Etnologia e Etno-história.

Assim, este dossiê foi movido pela necessidade de (continuidade de) problematização, a partir do discurso acadêmico, do contexto que se tem vivenciado do pré e do pós-golpe de 2016, de e em diferentes espectros minoritários. Quando em cena se disseminam os “pânicos morais” que se travestem de projetos conservadores como os da “Escola sem Partido”, da PEC 181/2015, do Estatuto da Família, das reformas trabalhista e previdenciária, do sucateamento do ensino público superior gratuito, da liminar que reacende o discurso da Cura Gay nas práticas psis, para além de todos os que dão seguimento às dizimações contra pessoas negras, quilombolas e indígenas, o que nos cabe (também) a partir do discurso acadêmico é cada vez mais problematizarmos o que nos cerca, nos enreda e nos captura, realocando a pesquisa no lugar político do qual ela nunca foi isenta, enquanto (re)produtora das ações de saber-poder (FOUCAULT, 1999) que movimentam a engrenagem da ciência.

Fernando Pocahy no artigo “O CLAMOR DA DIFERENÇA LETAL: EDUCAR EM ESTADO DE EXCEÇÃO” pulsa *escrevivências* à la Conceição Evaristo³ através do que denomina de “testemunho analítico”, trazendo à cena o agonizar das Universidades Públicas Estaduais cariocas em tempos de escrachados desmontes da *respública* – da coisa pública. Com a necroCORpolítica (re)troalimentando o Estado do Rio de Janeiro – não apenas diríamos, os alvos-corpos são certos para as balas que alega (em coro com tantos e frenéticos discursos) serem perdidas. (Lembramos com Pocahy um dos legados da UERJ: primeira

³ Aliás, quem recentemente foi preterida na imortalidade da ABL (Academia Brasileira de Letras) por Cacá Diegues.



universidade pública a ativar as ações afirmativas étnico-raciais no Brasil). As vidas que deixaram de pulsar e de ser(em) devir(es), têm cor, idade, classe e sexo/gênero pré-definidos pelo fazer(deixar) morrer da engrenagem de moer gente estatal. Da bala “perdida”, passando pelas patologizações da diferença até à negligência de atendimento na saúde. Alguns por Pochay trazidos nominalmente, como Shellida Ayana, Bruno Alves e Matheusa Passareli - todXs da UERJ, para além de Marielle Franco.

Ao nos fazer deparar com o “quadro agonístico” da carnificina intensificada após o golpe travestido de impeachment, Pochay nos “transtorna” ao *expor* os epistemicídios, as vaidades e os *modus* neoliberais capitalísticos coloniais de ser e estar na Universidade. A resistência está (quicá e também) no cultivo de “uma prática cotidiana da/ na universidade, na formação de profissionais que passam pela universidade e que têm a chance de ter suas vidas transtornadas pelo direito à liberdade de pensamento, crítica, invenção”.

Se raça estrutura classe em *terras brasílis*, ambas as categorias caminham de mãos dadas com os efeitos cada vez mais contundentes do sexismo e da misoginia que pululam escrachadamente em nossa *respública*, cujos corpos femininos são ou se tornam coisas públicas. Nas análises discursivas da campanha de 2010 que precedeu a eleição da (ex)presidenta Dilma Rousseff, Amanda Motta Castro e Márcio Caetano com o artigo “DILMA ROUSSEFF: AS ELEIÇÕES E A LÓGICA ANDROCÊNTRICA NA POLÍTICA BRASILEIRA” nos conduzem por meandros das dinâmicas que deslegitimam a presença de mulheres em nosso cenário político.

As estratégias para tal deslegitimação na campanha de Dilma se revestiram de discursos midiáticos que enfatizaram, por exemplo, o quão a candidata se constituía como ameaça “aos valores da família nuclear simples, da religião judaico-cristã e da pátria nacionalista”. Em meio às caricaturas e ataques, reformulações ao seu discurso foram articuladas, especialmente, no tocante à fé e à temática do aborto.

Se o cenário atual, para as eleições de 2018, aponta para a prevalência da bancada evangélica com seus projetos conservadores e ofensivos à garantia de direitos voltados aos reconhecimentos das diferenças, de conjugalidades, de famílias, (...) de existências, Marcio Caetano e Amanda Castro sugerem que “talvez, desde a redemocratização, as Igrejas (Evangélica, Neopentecostal e Católica) não tenham se posicionado tanto no processo



eleitoral brasileiro. Inúmeros setores se manifestaram contra a candidatura de Dilma Rousseff (PT)” .

Tais posições, nos parece, (in)tensificam que a necroCORpolítica (pre)fere existências donde exalam o feminino em sua multiplicidade. E então, em uma das estratégias contra a então candidata Dilma houve a divulgação e comercialização (via mercado livre), em meio a protestos contra o aumento de combustíveis, de adesivo da ex-presidenta. Neste, a candidata estava trajando vestido vermelho, de pernas à mostra e abertas. O decalque circulou colado nos tanques de combustíveis e, ao abastecer, a bomba era simbolicamente introduzida na vagina da candidata. A tão (re)conhecida e negada “cultura do estupro”.

Catia Paranhos Martins em “PELA GESTAÇÃO DE OUTRAS SAÚDES E INCONTÁVEIS MODOS DE SER/ESTAR O MUNDO” tece sob as inspirações cartográficas e a partir de um duplo dispositivo - da saúde materna e da saúde indígena, considerações sobre os alarmantes números que precarizam a vida de dadas pessoas que desimportam ao Estado brasileiro. Isto para conosco compartilhar sentidos outros possíveis em meio a tanta aridez. Da contextualização macrosociológica que atravessou sua atuação enquanto consultora junto ao Ministério da Saúde, nas lidas voltadas ao SUS e então à Política HumanizaSUS até à microsociológica em solos douradenses como docente e pesquisadora da e na UFGD, incluindo o Hospital Universitário - HU. Os desafios são tantos quantos os paradoxos.

Quanto à saúde materna, se nos últimos anos muito se avançou, por outro os índices de mortalidade materna caminham para lado oposto. Aliás, se sinalizamos anteriormente que os extermínios têm como alvos corpos que exalam femininos, Catia Paranhos Martins toca o dedo na *expertise* do saber médico como masculino, cujos controles são os corpos das mulheres em diferentes momentos de seus viveres/quereres – parto, concepção, contracepção. Em meio a este reboło, por exemplo, muito ainda há que fazer para que as violências obstétricas ganhem a cena dos/nos debates. Lembremos: dentre as mortalidades maternas, são as mulheres pardas/negras e indígenas as mais afetadas.

Da saúde materna Paranhos nos desloca para a monocultura avassaladora que reina em Dourados/MS, onde treze mil indígenas – Kaiowá, Guarani e Terena - vivem confinados em proporções inumanas, considerando terem sido retirados forçosamente das terras que possuíam antes do processo colonizador/dizimador brasileiro. Em seus trânsitos, imerge, a



título de ilustração, tanto na temporalidade Kaiowá quanto na importância do *tekoha* para a saúde que nos incita a entrar em contato com nossos etnocentrismos.

Da lógica nômade dos Kaiowá e Guaraní sul mato-grossenses, para quem a terra (como corpo) os possui para a lógica sedentária que nos captura, enquanto Karáí (ou “brancos”) a possuímos a terra como propriedade (escriturada) chegamos às tessituras de Simone Becker e Rayane B. Macedo no ensaio “CONTORNOS DAS BIOGRAFIAS DE AGENTES ENVOLVIDOS NO TRÂMITE DA PEC 215”. Esta, conhecida como a PEC da demarcação de territórios indígenas, tramita desde 2000 no Congresso Nacional e objetiva *grossa modo*, mudar a competência de deliberação do Executivo para o Poder Legislativo.

A mudança, estratégica, reflete os interesses das “redes políticas” que (retro)alimentam os interesses e privilégios de parlamentares, em especial, àqueles que circulam por entre as Frentes Parlamentares e/ou Bancadas Ruralista, Evangélica, de Parentes, de Construtoras/Empreiteiras e de Empresários. Num ensaio cartográfico, a capilaridade rizomática da frente parlamentar ruralista dá o tom do desenrolar, vulgo trâmite, do Projeto de Emenda à Constituição de 1988 (CF/88), na contramão, minimamente, dos direitos resguardados às sociedades indígenas em seus potentes artigos 231 e 232 da antes referida CF/88. Assim, através dos feixes relacionais que atravessam os parlamentares que coordenam a PEC, as pesquisadoras sinalizam para os (p)rumos dados à mudança (nada contingencial) das deliberações finais às discussões e estudos voltados às demarcações de territórios indígenas. Se pouca representatividade os indígenas apresentam junto ao Congresso Nacional suas articulações tornam possíveis re-existências capazes de brechar o desenvolver do andamento da PEC.

Das discussões envolvendo conflitos territoriais, deslocamo-nos para as tensões envolvendo os Projetos de Lei da “Escola Sem Partido”. Eis os dois artigos de autorias de Maria Eduarda Parizan Checa /Andrea Cristina Coelho Scisleski e Camila Camargo Ferreira/Márcio Mucedula Aguiar, cujos focos de reflexões se voltam a tais perniciosas disseminações.

Checa e Scisleski em “O SILÊNCIO COMO DISCURSO: O PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO” E A INVISIBILIDADE DA JUVENTUDE LGBT NA LÓGICA DA MORDAÇA” através da análise discursiva *foucaultiana* enaltecem as reverberações do antes citado projeto em Campo Grande/MS, bem como suas conexões com o



contexto nacional. Ao trazerem para a cena analítica Michel Foucault, as pesquisadoras resgatam a capilaridade das tecnologias de governo voltadas às normatizações/normalizações dos jovens LGBT ao se proibir a existência de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Os projetos conservadores não se resumem aos da Escola Sem Partido, pois estes convergem para outros como o do Estatuto da Família. Tais movimentos legislativos enaltecem o deslocamento para o âmbito privado de discussões que ao serem retiradas do âmbito público encobrem a continuidade de invisibilidades, dentre elas, dos números preocupantes de violências intrafamiliares quando em cena estão jovens LGBT. Desse modo, ao colocar o projeto de lei “Escola sem Partido” como um desdobramento do Golpe de 2016, as autoras se voltam à capilaridade de um modelo conservador e (hetero)normativo que tem se instaurado nos espaços produtores de subjetividade e de cidadania – como a família e a escola. Além disso, em um cenário em que os índices apontam a violência intrafamiliar sofrida por jovens LGBT, silenciá-los discursivamente na escola é legitimar a continuidade de tais violências.

No mesmo sentido, Camila Ferreira Camargo e Marcio M. Aguiar lançam holofotes à tagarelice dos silêncios propalados pelo projeto nacional da Escola Sem Partido e seus congêneres estaduais e/ou municipais, utilizando-se para tanto, também, de ferramentas *foucaultianas*. Em “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: PÂNICOS MORAIS, SILÊNCIOS TAGARELAS E A (RE)PRODUÇÃO DE NORMAS BINÁRIAS DE GÊNERO pela metodologia genealógica de análise de discurso inspirados em Michel Foucault, os pesquisadores seguem os lastros das relações de saber/poder engendradas pelas disseminações de enunciados que reificam “a verdade” pautada nos dualismos binários de gênero/sexo. Eis as funcionalidades dos “pânicos morais” que a categoria “ideologia de gênero” aciona no imaginário coletivo de sujeitos e grupos que se sentem ameaçados em suas condições conservadoras/heteronormativas.

Tais condições conservadoras foram colocadas em xeque já na abertura da segunda mostra LGBTIQ+ de Cinema, realizada durante o mês de junho de 2018, na cidade de Dourados/MS, com a fala do historiador Fernando Lucas Garcia de Souza. Transmutada em artigo para o dossiê, Garcia em “ENTRE A ORDEM E O CAOS: AGÊNCIAS POLÍTICAS DO CORPO” traz à tona este lugar que todos portamos em comum e em relação ao qual pulsam as diferenças, a saber: o corpo. “*Encarno* que é sempre a partir do corpo que nos será



possível sentir, cheirar, falar, olhar, sorrir, chorar, sentir prazer ou dor, tesão ou repulsa, gozar ou se frustrar pelo gozo que não veio”. E mais: seu artigo nos incita a (des)pensar o quanto é a partir dos discursos identitários que paradoxos como a ordem e o caos se fazem presentes. Isto porque se reconhecimentos são possíveis, sobretudo, pelas identidades, ao mesmo tempo, estas nos capturam no ledro engano de que há uma “natureza” a nós imposta. Ledro engano porque somos produzidos nas repetições dos discursos e em discursos que diariamente atravessam e instituem nossos corpos.

Se a abertura do dossiê se deu com o “testemunho analítico” de Pocahy, o texto de María Elvira Díaz-Benítez e Nathalia Ferreira Gonçales nos conduz ao encerramento dos escritos autorais denominados de “artigos”. Os adiares do lançamento deste dossiê tocam diretamente os pedidos de María Elvira e Nathalia que, em meio à tragédia (anunciada) do Museu Nacional, lembraram-se do dossiê e conosco somam, gentilmente, nas intensificações das discussões voltadas às “minorias” que resistem e como resistem no pós Golpe de 2016.

No artigo intitulado “POR DENTRO DO RINGUE: GÊNERO E SEXUALIDADE NO EMBATE DA INCLUSÃO POR DIREITOS”, as autorxs trazem à cena os diversos golpes nas últimas duas décadas sofridos pelas políticas (públicas) de gênero e sexualidade no Brasil. Díaz-Benítez e Gonçales, para tanto, debruçam-se sobre as discussões voltadas ao aborto, ao Brasil sem Homofobia, ao Estatuto da Família, aos projetos de lei ligados à transexualidade (João Nery), à “cura Gay” e à prostituição (Gabriela Leite), no antes citado recorte temporal, utilizando-se de expressões caras ao universo do boxe, uma vez que sexualidade e gênero estão em ringues de “combates acirrados”. Como bem nos lembram María Elvira e Nathalia, o dueto gênero e sexualidade não se institui como “terreno neutro”, pois envolve relações de poder. “Em poucas palavras, sexualidade e gênero aqui se encontram intimamente ligados aos imaginários coletivos de brasilidade - que foram construídos pela história, medicina, literatura, criminologia, religião, mídia, pornografia - envolvendo questões de classe e de gênero”. E, então, se avanços houve, muitos foram e são os golpes – nos ringues de boxe – que as políticas de gênero e sexualidade têm levado (em especial das frentes parlamentares conservadoras) nos últimos (vinte) anos, num contexto no qual a “sexualização da raça e a racialização do sexo” se fazem cotidianamente, de maneira sorrateira ou não. Em meio a tantos *jabs* contra as políticas de gênero e sexualidade, a capilaridade da adesão ao slogan #EleNão #EleNunca contra o presidenciável Jair Bolsonaro



mundo afora e em diversas cidades brasileiras, a partir da união de milhões de mulheres, nos lembramos Maria Elvira e Nathalia, faz com que tenhamos uma luz de esperança “nos últimos minutos do campeonato”. “Constatar a força da resistência frente à onda de conservadorismo no Brasil atual nos permite vislumbrar um melhor futuro possível”.

Para finalizar o dossiê, trazemos a entrevista em forma de conversa com Maria Eduarda Parizan Checa e Simone Becker com Júnia Cristina Pereira e seus desafios com o belo e potente projeto da peça infantil “JUDITH E SUA SOMBRA DE MENINO”, resultante da adaptação da obra de Christian Briel, “Histoire de Julie qui avait une ombre de garçon” (1976) - traduzida para o público brasileiro em 2010. A protagonista é uma criança que questiona os padrões de gênero impostos a ela por diferentes feixes relacionais que a enredam, como família e escola. Ao ser apresentada em diferentes contextos sul-mato-grossenses, a peça - em alguns desses - sofreu censura, à medida que sessões previamente agendadas em escolas foram desmarcadas, levando-nos a crer terem sido influenciadas por “pânicos morais” advindos da “ideologia de gênero”. Mas mais do que isto, motivações para as negativas não eram explicitadas para Júnia, quem num movimento raro em tempos atuais, buscava estabelecer o diálogo em meio a situações que tendiam ao conflito para apre(e)nder o que tanto se passava. Para além de suas conversações sobre o descaso com a “Cultura” e o quanto os investimentos públicos nesta seara são alvos de execrações ou simplesmente são “alvejadas” com palavra-ações-tiros.

Se chegar a este “fim” do dossiê nos foi acalentaDOR, o mesmo no mínimo esperamos que o seja para quem se aventurar a flunar com os olhos por eIX. Sem mais, nos despedimos com tom de reticências (...) e com ponto de admiração!

Referências

- BENJAMIN, Walter. 1987. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo – SP: Editora Brasiliense.
- BRUM, Eliane. *O Brasil queimou – e não tinha água para apagar o fogo*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/03/opinion/1535975822_774583.html. (Acesso em 11set18).
- FOUCAULT, Michel. 1999. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- MBEMBE, Achille. 2016. “Necropolítica”. *Arte & Ensaios* - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro, pp. 122-151.